26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL, PORTUGAL E FINLÂNDIA

INFORMATION EDUCATION AS PUBLIC POLICY: *A COMPARATIVE ANALYSIS OF BRAZIL, PORTUGAL AND FINLAND*

Renata Farias Machado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Matheus Levandoski da Cósta – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Jussara Borges – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A complexidade do ambiente informacional contemporâneo, cada vez mais marcada por desordens informacionais como a desinformação, evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas ao enfrentamento desse fenômeno. Nesse contexto, o presente artigo, fruto de uma pesquisa de mestrado de Machado (2026), pretende discutir a educação em informação como política pública de Estado, tendo como *lócus* de implementação as bibliotecas escolares brasileiras. Esta pesquisa possui natureza aplicada, abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo, utilizando a análise documental fundamentada na técnica de análise de conteúdo. O corpus foi composto por documentos normativos do Brasil, para discutir o cenário da educação em informação, e de Portugal e Finlândia para traçar um comparativo e pensar em possibilidades de aplicação no contexto brasileiro. Os resultados indicam que, embora existam iniciativas relevantes no cenário brasileiro, a educação em informação ainda se apresenta sem institucionalização consistente enquanto política pública. Em contrapartida, a experiência portuguesa demonstra a viabilidade da integração entre educação, literacias e bibliotecas escolares. Conclui-se que a consolidação da educação em informação como política de Estado demanda articulação interinstitucional, centralidade das bibliotecas escolares, governança contínua e incorporação explícita da temática nas políticas educacionais brasileiras.

Palavras-chave: educação em informação; políticas públicas; bibliotecas escolares.

Abstract: The increasing complexity of the contemporary information environment, marked by information disorders such as disinformation, highlights the need for public policies aimed at addressing this phenomenon. In this context, the present article, resulting from Machado's (2026) master's research, seeks to discuss information education as a State public policy, considering Brazilian school libraries as its locus of implementation. This study adopts an applied research approach, with a qualitative, exploratory, and descriptive design, using document analysis based on the content analysis technique. The corpus consisted of

normative documents from Brazil, in order to discuss the scenario of information education, and from Portugal and Finland, to establish a comparative perspective and explore possibilities for application within the Brazilian context. The findings indicate that, although relevant initiatives exist in Brazil, information education has not yet been consistently institutionalized as a public policy. In contrast, the Portuguese experience demonstrates the feasibility of integrating education, literacies, and school libraries. It is concluded that the consolidation of information education as a State policy requires interinstitutional coordination, the centrality of school libraries, continuous governance mechanisms, and the explicit incorporation of the theme into Brazilian educational policies.

Keywords: Information education; public policies; school libraries.

1 INTRODUÇÃO

A ampliação do acesso às tecnologias digitais e à conectividade fez emergir um ambiente infocomunicacional marcado pelo volume expressivo de dados e pela alta velocidade com que os conteúdos são produzidos e compartilhados. Emerge um cenário em que, apesar das possibilidades de democratização do acesso à informação, nos deparamos com barreiras sociais e, por vezes, políticas, que limitam esse acesso e deixam os sujeitos mais propensos e vulneráveis à desinformação, à manipulação de conteúdos e à dificuldade de distinguir informações confiáveis de conteúdos falsos ou enganosos.

Este cenário vem sendo discutido e pensado sob duas óticas principais de enfrentamento para tais fenômenos: a regulação de plataformas digitais, com destaque para o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a proposta pelo viés educativo, com a promoção de educação em informação no contexto de políticas públicas. Essa segunda abordagem já foi discutida em pesquisas anteriores (Borges, Silva, Machado, 2024; Machado, Wendt, Borges, 2025), que defendem a necessidade de formar sujeitos capazes de compreender, avaliar e utilizar a informação de maneira crítica e responsável.

Considerando que os desafios relacionados à desinformação configuram problemas de interesse coletivo perante o cenário infocomunicacional, há uma demanda de ações mais estruturadas e permanentes por parte do Estado. Nessa perspectiva, entende-se que a educação em informação pode ser compreendida como estratégia promissora se alinhada às políticas públicas, uma vez que se configuram como diretrizes elaboradas para enfrentar um problema público e atender as demandas sociais, sendo materializadas por meio de programas, ações e instrumentos institucionais destinados à produção de resultados para a sociedade (Rosa; Lima; Aguiar, 2021; Secchi, 2024).

Entretanto, para que essa formação ocorra de forma sistemática e capilarizada, torna-se necessário identificar espaços que sejam capazes de operacionalizar tais políticas. Nesse sentido, as bibliotecas escolares (BE) apresentam-se como uma alternativa promissora, uma vez que ocupam posição estratégica na mediação da informação e na promoção de práticas educativas. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo geral analisar comparativamente como Brasil, Portugal e Finlândia incorporam princípios relacionados à educação em informação, considerando seus mecanismos de institucionalização, implementação e articulação com as BE, a fim de identificar elementos que possam subsidiar o fortalecimento de uma política brasileira de educação em informação. Para isso, serão analisadas políticas públicas nacionais e internacionais que contribuam para a formulação de diretrizes estruturais voltadas à institucionalização dessa temática no cenário brasileiro.

2 EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO

A educação em informação tem por objetivo promover um uso crítico e consciente da informação, em seus mais diferentes contextos. A proposta é que ao longo dos processos de avaliação e produção de conteúdos, os indivíduos sejam estimulados a refletir sobre os propósitos, contextos e sentimentos que permeiam esses processos. Por isso, a educação em informação pode ser compreendida como “[...] uma perspectiva libertadora, uma educação que promove a reflexão sobre o mundo” (Zattar; Barbosa; Borges, 2023).

Essa compreensão aproxima-se das contribuições da pedagogia crítica de Freire (1996), para quem a educação deve promover a autonomia e a capacidade de intervenção dos sujeitos na realidade, bem como o entendimento de que a educação deve assumir um caráter emancipatório e promover a participação ativa dos sujeitos na construção do conhecimento. A aprendizagem, nessa lógica, constitui-se como processo dialógico, no qual o indivíduo deixa de ocupar uma posição passiva para tornar-se protagonista de sua própria formação.

Neste trabalho, compreende-se também que a informação não é neutra e é atravessada pelos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos. Perrotti e Pieruccini (2008) versam sobre essa relação de poder que está intrínseca nos processos de apropriação da informação, onde percebe-se como a informação é controlada, distribuída e utilizada socialmente, assim, “[...] a apropriação é, desse modo, ao mesmo tempo, uma tomada do objeto e uma dinâmica de ação sobre o mundo material e social com uma intenção de

construção do sujeito" (Perrotti; Pieruccini, 2008, parag. 40). Nessa direção, educar em informação significa possibilitar que os sujeitos compreendam suas necessidades informacionais, questionem conteúdos, produzam conhecimento e reconheçam a informação como elemento importante de sua atuação social (Heller; Jacobi; Borges, 2020).

A discussão sobre educação em informação também dialoga com o conceito de *media literacy*. De modo geral, "[...] essa competência é frequentemente concebida como um resultado do desenvolvimento de habilidades que englobam ações produtivas e criativas, permitindo uma leitura crítica e reflexiva da complexidade da mídia na vida cotidiana" (Spinelli; Portas, 2025). Assim, diz respeito ao desenvolvimento de capacidades que permitam acessar, analisar, avaliar criticamente e produzir conteúdos em diferentes meios de comunicação, compreendendo os processos de produção, circulação e consumo da informação.

Embora possua especificidades relacionadas ao universo midiático, esse conceito compartilha com a educação em informação a preocupação com a formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente conteúdos, reconhecer vieses, identificar fontes confiáveis e participar de forma ativa e responsável da vida social. Nesse sentido, ambas as abordagens convergem para a promoção da autonomia intelectual e do pensamento crítico, ainda que partam de tradições teóricas e institucionais distintas.

No Brasil, entretanto, observa-se que as políticas relacionadas à educação em informação ainda são incipientes (Borges; Silva; Machado, 2024) não havendo um marco normativo nacional que institucionalize explicitamente o conceito. Em outros contextos, conceitos correlatos encontram maior inserção institucional, como ocorre com a literacia da informação em Portugal, incorporada às ações da Rede de Bibliotecas Escolares (Sanches, 2016).

3 BIBLIOTECAS ESCOLARES

De acordo com Secchi, Coelho e Pires (2024), para que as políticas públicas se materializem de forma efetiva é preciso haver institucionalização, continuidade administrativa, mecanismos de governança e articulação entre diferentes atores sociais e governamentais. Os autores ainda argumentam que as políticas públicas também demandam espaços que sejam estratégicos para sua implementação.

Assim, esta pesquisa avaliou a BE como um lócus de implementação de uma política de educação em informação, por ser conceitualmente voltada à formação integral dos sujeitos e constituir um espaço integralmente social (Targino, 2010) e de aprendizagem voltado à leitura, à pesquisa, à criatividade e à socialização do conhecimento (Tannure *et al*., 2023). Kuhlthau (2013) compreende a BE como espaço de aprendizagem investigativa, no qual os estudantes desenvolvem autonomia intelectual e competências relacionadas à busca e interpretação da informação.

Em Portugal, por exemplo, observa-se uma maior articulação entre políticas educacionais, BE e programas de literacia, evidenciando que a formação crítica dos sujeitos pode ser sustentada por ações permanentes e coordenadas pelo Estado (Sanches, 2016). Para além de espaços de acesso ao livro e à leitura, há uma articulação entre escolas, bibliotecas e diferentes organismos institucionais, prevendo formas de operacionalização e acompanhamento das ações, bem como a elaboração de planos anuais, o que evidencia uma estrutura institucional voltada à continuidade das políticas (Portugal, 2021).

No Brasil, a Lei nº 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das BE, define a biblioteca escolar como "[...] (Brasil, 2010, art. 2º), o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo", reconhecendo, portanto, a biblioteca como equipamento necessário ao processo educativo. Entretanto, o prazo de dez anos previsto para sua implementação expirou em 2020 sem que a meta fosse alcançada, evidenciando limitações na efetivação desse marco normativo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui natureza aplicada, abordagem qualitativa, caráter exploratório e descritivo. Utilizou-se como procedimento metodológico a análise documental, fundamentada na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). O corpus da pesquisa foi composto por políticas públicas, legislações, planos governamentais e documentos institucionais que de alguma forma estão relacionados à educação em informação, no Brasil, Portugal e Finlândia.

A escolha dos países analisados fundamentou-se na relevância de suas experiências no campo das políticas educacionais e informacionais. O Brasil constitui o contexto de referência da investigação, onde busca-se compreender em que medida princípios associados à

educação em informação estão incorporados às políticas públicas e qual espaço é atribuído às BE nesse contexto. Portugal foi selecionado em razão da trajetória institucional da RBE e consolidação de iniciativas relacionadas às BE e educação em informação, embora o termo utilizado naquele país seja "literacia da informação". Já a Finlândia, por sua vez, foi incluída por apresentar uma abordagem mais institucionalizada e transversal de educação midiática e literacia informacional, articulada às políticas educacionais e à formação cidadã.

Para análise dos documentos, foram estabelecidas as seguintes categorias analíticas: inclusão explícita ou implícita da educação em informação, justificativa da política pública, mecanismos de elaboração, vigência, estratégias de implementação, atores envolvidos, estrutura de operacionalização e formas de avaliação das políticas. Essas categorias foram observadas a partir de quatro dimensões: a) institucionalização da educação em informação; b) inserção das BE nas políticas analisadas; c) mecanismos de implementação, governança e articulação; e d) integração das competências informacionais e midiáticas aos processos educacionais. Essas dimensões foram utilizadas como parâmetros de análise dos documentos, permitindo identificar aproximações, diferenças e possíveis lacunas entre Brasil, Portugal e Finlândia. Os documentos selecionados para a análise foram os indicados no Quadro 1.

Quadro 1 - Políticas públicas de informação analisadas

Política	Ano	Órgão Responsável
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	2017	Ministério da Educação (MEC)
Estratégia Brasileira de Educação Midiática	2023	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) e Ministério da Educação (MEC)
Estratégia Brasileira de Educação Midiática (2ª versão)	2025	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) e Ministério da Educação (MEC)
Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA)	2024	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Resolução CNE/CEB nº 2/2025	2025	Conselho Nacional de Educação (CNE)
Bibliotecas Escolares: Presentes para o Futuro – Quadro Estratégico 2021-2027	2021	Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)
Government Report on Information Policy and Artificial Intelligence	2018	Ministério da Educação e Cultura da Finlândia
Government Report on Information Policy and Artificial Intelligence	2019	Ministério da Educação e Cultura da Finlândia

Fonte: elaboração própria (2026).

A partir dessas categorias, buscou-se compreender como a educação em informação aparece nos documentos oficiais, quais concepções orientam as políticas analisadas e de que maneira as BE são incorporadas como espaços de implementação relacionadas à institucionalização das políticas. As etapas metodológicas envolveram: levantamento documental; definição do corpus; leitura flutuante; categorização temática; análise interpretativa; e construção de inferências relacionadas à institucionalização da educação em informação enquanto política pública.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos permitiu identificar diferenças significativas quanto à incorporação da educação em informação, à participação das BE e aos mecanismos de implementação previstos. A apresentação dos resultados considera as dimensões comparativas estabelecidas na metodologia. Nos documentos brasileiros analisados - BNCC, Estratégia Brasileira de Educação Midiática (2023; 2025), Plano Brasileiro de Inteligência Artificial e Resolução CNE/CEB nº 2/2025 - não foram identificadas menções explícitas à educação em informação enquanto política pública. Da mesma forma, as BE não aparecem como agentes centrais responsáveis pela implementação das ações propostas. Em contrapartida, o documento português Bibliotecas Escolares: Presentes para o Futuro - Quadro Estratégico 2021–2027 atribui papel central às BE e prevê mecanismos de monitorização, avaliação e elaboração de planos anuais. Já os documentos finlandeses analisados destacam a literacia informacional e a educação midiática como competências fundamentais para a cidadania, articuladas ao currículo nacional e a estratégias educacionais permanentes.

A partir dos documentos que compuseram o corpus da pesquisa, foi possível identificar como a temática da educação em informação aparece no contexto das políticas públicas brasileiras, e a partir das experiências finlandesa com os documentos *Government report on information policy and artificial intelligence* e *Media literacy in Finland*, respectivamente, e portuguesa com o Bibliotecas escolares: presentes para o futuro: quadro estratégico 2021–2027, traçar um comparativo.

A análise evidenciou que, apesar da relevância atribuída às BE nos discursos educacionais, observa-se fragilidade estrutural em sua inserção nas políticas públicas

brasileiras. Nos documentos analisados, como BNCC, EBEM (2023; 2025), PBIA e Resolução CNE/CEB nº 2/2025, não foram identificadas menções às BE como espaços estratégicos para implementação das ações propostas.

Sob a dimensão da institucionalização, entretanto, a comparação evidencia que, enquanto no Brasil os elementos relacionados à educação em informação aparecem distribuídos entre diferentes políticas e terminologias, sem sua institucionalização explícita enquanto política pública, Portugal apresenta maior articulação entre as políticas de literacias e a atuação das BE. Na Finlândia, por sua vez, a institucionalização ocorre principalmente pela integração da literacia informacional e da educação midiática às políticas educacionais e às estratégias de formação cidadã. Assim, embora os três países contemplem competências relacionadas à formação crítica diante da informação, diferem quanto ao grau e à forma de sua institucionalização.

Embora existam marcos normativos importantes relacionados à educação digital, alfabetização midiática e tecnologias educacionais como a Política Nacional de Educação Digital e o Manifesto IFLA/UNESCO, observa-se a ausência de uma política específica voltada à educação em informação. Lotta (2019) afirma que os estudos sobre implementação de políticas públicas ganharam relevância ao evidenciar que a análise das políticas não pode restringir-se à sua formulação normativa, uma vez que a implementação constitui um processo complexo, permeado por múltiplos atores, instituições e decisões que influenciam os resultados produzidos pelas políticas públicas. Existe uma diferença entre o desenho das políticas e sua execução na prática, porque a implementação é um processo que comumente adapta as diretrizes originalmente formuladas em seu desenho. Assim, embora a implementação das políticas públicas nem sempre corresponda integralmente ao que foi previsto em seu desenho original, a análise dos marcos normativos permanece fundamental para compreender as prioridades estabelecidas pelo Estado e os caminhos propostos para enfrentar determinados problemas públicos. Consequentemente, isso reflete também nas políticas educacionais.

Os documentos como a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (Brasil, 2023) e a segunda versão (Brasil, 2025), a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, que institui diretrizes sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, de certo modo estão alinhados às

demandas contemporâneas da sociedade informacional, cuja as transformações tecnológicas e informacionais demandam novas abordagens principalmente no âmbito educacional, exigindo políticas públicas voltadas para o aspecto formativo dos sujeitos para atuação crítica no ambiente digital.

Ainda no contexto brasileiro, documentos como a Estratégia Brasileira de Educação Midiática, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial e políticas relacionadas à conectividade escolar apresentam aproximações com a educação em informação, sobretudo no enfrentamento da desinformação e no uso crítico das tecnologias. Entretanto, embora exista ampla produção e discussão normativa, observa-se uma incoerência no que é previsto nos documentos oficiais e sua efetiva implementação no cotidiano. A fragilidade na execução das políticas públicas, marcada pela descontinuidade administrativa, falta de investimentos estruturais, desigualdades regionais e ausência de articulação entre diferentes esferas governamentais, constitui um dos principais entraves para a consolidação dessas iniciativas (Souza, 2006).

Nesse contexto, muitas ações relacionadas à educação em informação acabam ocorrendo de forma fragmentada, dependentes de projetos isolados ou da atuação individual de profissionais da educação (Machado, 2026). Em contraste, Portugal apresenta maior articulação estatal no desenvolvimento de políticas de literacia, especialmente por meio da atuação coordenada da RBE e da integração entre escolas, bibliotecas e programas nacionais de educação midiática e digital. Diferentemente do cenário brasileiro, as políticas portuguesas evidenciam maior continuidade institucional e mecanismos mais concretos de operacionalização, o que favorece sua presença efetiva nas práticas educativas (Machado, 2026).

No que tange a dimensão relativa à inserção das BE, as diferenças tornam-se mais evidentes. No Brasil, os documentos analisados não atribuem às BE papel central na implementação das ações relacionadas à educação midiática, digital ou informacional. Em Portugal, ao contrário, a RBE constitui uma estrutura institucional consolidada, articulando bibliotecas, escolas e políticas públicas. Na Finlândia, embora as políticas analisadas enfatizem a formação informacional e midiática e a atuação de diferentes instituições educativas e culturais, as BE não apresentam, nos documentos que compõem o corpus, protagonismo equivalente ao observado no caso português.

O documento Bibliotecas Escolares: presentes para o futuro – Quadro Estratégico 2021–2027 (Portugal, 2021), prevê formas de operacionalização, monitorização e elaboração de planos de ação anuais, evidenciando uma preocupação com a continuidade e efetivação das iniciativas. Portugal demonstra maior êxito na transformação das diretrizes políticas em ações permanentes e estruturadas no ambiente educacional. Também há uma colaboração da RBE com diferentes unidades, como comunidades intermunicipais e há uma preocupação da RBE em participar de "[...] conferências anuais de duas grandes organizações internacionais de bibliotecas - IFLA (Federação Internacional de Associações de Bibliotecas) e IASL (Associação Internacional de Bibliotecas Escolares)" (Portugal, 2021, p.38).

No caso finlandês, verificou-se forte articulação entre alfabetização midiática, pensamento crítico e políticas educacionais. A educação midiática encontra-se integrada às diretrizes curriculares nacionais, com participação ativa de bibliotecas e instituições culturais. O *Government Report on Information Policy and Artificial Intelligence* reconhece a informação como um elemento central para o funcionamento da sociedade contemporânea e defende o desenvolvimento de competências informacionais e digitais como condição para a participação social, o exercício da cidadania e a adaptação às transformações provocadas pela digitalização (Finland, 2018).

Embora este documento não atribua protagonismo às BE, há ênfase na formação contínua dos sujeitos e na promoção da literacia informacional. Isso evidencia a necessidade de espaços educativos capazes de operacionalizar essas competências ao longo da vida. Sobre a literacia informacional, o documento explica que diz respeito à "[...] capacidade de adquirir, interpretar, compreender, editar, produzir, apresentar e utilizar informação, bem como a habilidade de avaliar a utilidade e a validade da informação (Finland, 2018, p.21, tradução nossa)."

Essa perspectiva é reforçada pela política *Media Literacy in Finland: National Media Education Policy*, que compreende a educação midiática como um processo transversal e compartilhado entre diferentes atores sociais e educacionais (Finland, 2019). A política finlandesa parte do entendimento de que fenômenos como a desinformação exigem competências de análise crítica que ultrapassam o simples consumo de mídias, abrangendo a compreensão da origem, da circulação e dos impactos da informação na sociedade

Os resultados também indicam que políticas públicas permanentes dependem de mecanismos de governança articulada entre Estado, instituições educacionais, bibliotecas e sociedade civil. A institucionalização demanda continuidade administrativa, previsão normativa e integração curricular. A integração da *media literacy* ao currículo nacional no caso finlândes demonstra uma articulação entre políticas educacionais e formação cidadã, favorecendo o desenvolvimento de capacidades críticas desde a educação básica. Assim, a consolidação não depende de uma única ação ou instituição, mas sim de uma da construção de estruturas normativas, pedagógicas e organizacionais capazes de garantir sua perenidade e efetividade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstraram que, embora o Brasil possua importantes marcos normativos relacionados à educação em informação, ainda há lacunas que precisam ser preenchidas por não haver uma institucionalização consistente. A inserção da educação em informação no contexto educacional, associada às funções de mediação da informação, incentivo à leitura, desenvolvimento da pesquisa e promoção do pensamento crítico, torna a BE um espaço potente para a formação de sujeitos capazes de compreender, avaliar e utilizar a informação de maneira ética e reflexiva.

Entretanto, também foram identificadas limitações que dificultam a consolidação desse protagonismo, entre elas a fragilidade da inserção das BE nas políticas públicas brasileiras, as desigualdades estruturais existentes entre os sistemas de ensino e a ausência de uma articulação mais efetiva entre educação, informação e bibliotecas. A análise dos casos de Portugal e Finlândia demonstrou que a efetividade das ações voltadas às literacias e à formação crítica depende de políticas permanentes, mecanismos de governança colaborativa e integração entre diferentes atores institucionais.

Esses resultados, quando considerados à luz das dimensões comparativas, permitem avançar da identificação das diferenças entre os três contextos, possibilitando a formulação de uma política brasileira de educação em informação. Uma institucionalização mais consolidada da educação em informação nas políticas educacionais constitui o primeiro princípio proposto, tendo em vista que, no contexto brasileiro, as competências relacionadas à formação dos sujeitos perante o uso da informação encontram-se distribuídas entre

diferentes documentos e iniciativas, enquanto a experiência finlandesa evidencia maior transversalidade da educação midiática e das competências informacionais nas políticas educacionais. O segundo princípio refere-se à centralidade das BE como espaços de implementação, sustentado pela experiência portuguesa, na qual a Rede de Bibliotecas Escolares apresenta mecanismos de planejamento, monitorização e articulação com outras instâncias institucionais. Essas evidências reforçam que a institucionalização de uma política depende também da definição dos espaços de execução e implementação e dos atores responsáveis por sua operacionalização.

Uma governança articulada entre Estado, escolas, bibliotecas e sociedade decorre da necessidade de superar a lacuna identificada no contexto brasileiro. Já a equidade informacional considera que a institucionalização da educação em informação deve possibilitar condições de acesso, apropriação e uso crítico da informação nos diferentes contextos educacionais. Por fim, o fortalecimento da integridade da informação e o enfrentamento à desinformação retomam o problema público que fundamenta esta pesquisa e a necessidade de formar sujeitos capazes de compreender, avaliar e utilizar a informação de maneira crítica, ética e responsável. Dessa forma, os princípios elencados visam apontar caminhos para a institucionalização da educação em informação como política pública de Estado no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORGES, Jussara, BRANDÃO, Gleise, BARROS, Susane. **Educação para a informação**: como promover competências infocomunicacionais. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

BORGES, Jussara; SILVA, Daniela; MACHADO, Renata Farias. Educação em informação nas políticas públicas brasileiras. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 24., 2024, Vitória, ES. **Anais […].** Vitória: ANCIB, 2024. 16 p. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/342106 Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Secretaria de Políticas Digitais. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 2023. 39 p. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_secom-spdigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf/%40%40download/file Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 2025. 52 p. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/educacao-midiatica/2aebem_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica Acesso em: 6 jan. 2026.

FINLAND. **Government report on information policy and artificial intelligence.** Helsinki: Prime Minister's Office, 2018. Disponível em: https://julkaisut.valtioneuvosto.fi/handle/10024/160961 Acesso em: 18 mar. 2026.

FINLAND. Ministry of Education and Culture. **Media literacy in Finland**: national media education policy. Helsinki: Ministry of Education and Culture, 2019. Disponível em: https://julkaisut.valtioneuvosto.fi/bitstream/handle/10024/161951/OKM_2019_37.pdf Acesso em: 18 mar. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Paraíba, v. 19, n. 2, p. 46-59, 2014. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/19090 Acesso em: 13 maio 2026.

HELLER, Bruna; JACOBI, Greison; BORGES, Jussara. Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da Ciência da Informação. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 49, n. 2, p. 189-204, 2020. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5196?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 13 maio 2026.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola:** um programa de atividades para o ensino fundamental. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. *In*: LOTTA, Gabriela. **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Gabriela Lotta (org.). Brasília: Enap, 2019.

MACHADO, Renata Farias. **Educação em informação como política pública**. 2026. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Porto Alegre, 2026. No prelo.

MACHADO, Renata Farias; WENDT, Lucas George; BORGES, Jussara. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 25., 2025, Rio de Janeiro, RJ. **Anais […]**. Rio de Janeiro: ANCIB, 2025. 17 p. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/372 Acesso em: 5 maio 2026.

PERROTTI, Edmir. Infoeducação: um passo além científico-profissional. **Revista Informação@Profissões**. Londrina, v. 5, n. 2, p. 04 – 31, jul./dez. 2016. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28314/20500 Acesso em: 27 nov. 2023.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. **Blog Infoeducação USP**, 2008. Disponível em: http://infoeducacaousp.blogspot.com.br/2008/10/infoeducao-saberes-e-fazeres-da.html Acesso em 24 nov. 2023.

PORTUGAL. Rede de Bibliotecas Escolares. **Bibliotecas escolares**: presentes para o futuro: quadro estratégico 2021–2027. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares, 2021. Disponível em: https://rbe.mec.pt/np4/file/890/qe__21.27.pdf Acesso em: 22 abr. 2026.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas públicas**: introdução. Porto Alegre: Jacarta, 2021. 95 p.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas:** diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. Porto Alegre: +A Educação – Cengage Learning Brasil, 2024. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555582413/ Acesso em: 16 mar. 2026.

SANCHES, Tatiana. Políticas Públicas para a Literacia de Informação em Portugal: Reflexão sobre o panorama atual e prespetivas de futuro. *In*: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira (org.). **Competência em Informação**: Políticas públicas, teoria e prática. Salvador: EDUFBA, 2016. 457 p.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20–45, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 08 jun. 2026.

SPINELLI, Egle Müller; PORTAS, Isabela Afonso. Estudos de literacia midiática: uma evolução no campo da comunicação nas pesquisas brasileiras. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 65-85, 2025. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28477 Acesso em: 08 jun. 2026.

TANNURE, Lúcio Alves; OHIRA, Maria Lourdes Blatt; CHAVES, Álamo; TREVISOL NETO, Orestes. **A biblioteca escolar**. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2023. Disponível em: https://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1404/1/A%20Biblioteca%20Escolar.pdf Acesso em: 7 mar. 2026.

TARGINO, Maria das Graças. A biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas. **Inf. e Soc.**, Paraíba, v. 20, n. 1, p. 39-48, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/2645 Acesso em: 7 mar. 2026.

ZATTAR, Marianna; BARBOSA, Maria de Fátima S.o; BORGES, Jussara. Educação em informação: uma proposição terminológica e conceitual. **Informação & Sociedade**: Estudos, Paraíba, v. 33, n., 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/67651 Acesso em: 7 mar. 2026.